

PAULO NAKATANI

A FORMAÇÃO DOS ECONOMISTAS E A ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL

A FORMAÇÃO DOS ECONOMISTAS E A ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL

Introdução

A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) está comemorando seus 25 anos de existência neste ano. Ao longo de todos esses anos, tem publicado periódica, sistemática e ininterruptamente a *REVISTA da SEP*. Mas, mesmo antes do número 01, a revista *Estudos Econômicos* da USP lançou um número especial¹, com uma seleção dos artigos apresentados no I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, realizado em 1996 na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

A chamada para a realização do I Encontro foi elaborada pelos participantes do grupo de Economia Clássica e Política no IX Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), realizado em Cuiabá, em 1995, que haviam discutido durante quase uma década e desenvolvido o ensino dos clássicos e de Marx nos cursos de graduação em economia. Entretanto, esses professores se ressentiam da ausência de um espaço para a discussão de sua produção acadêmica no campo da economia política, em que pudessem apresentar e discutir seus trabalhos. A chamada para o I Encontro recebeu o apoio de mais de uma dezena de destacados acadêmicos e professores heterodoxos da área de economia.

PAULO NAKATANI

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES e ex-presidente da SEP (2008-2012).

¹ *Estudos Econômicos*, v. 26, número especial, 1996, São Paulo, IPE-USP.

² Além dos Anais do I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, os anais de todos os Encontros Nacionais de Economia Política estão disponíveis em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/enep-edicoes-anteriores/datas-das-edicoes-anteriores.

Esse apoio produziu maior destaque e atraiu uma grande, significativa e variada participação, que pode ser avaliada pelos Anais do Encontro².

Durante esse Encontro foram discutidos os termos, negociado acordos e elaborado um Estatuto. Assim, foi fundada a SEP e, deve-se destacar, com a inclusão do Secretário Executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e do Presidente da ANGE como membros titulares da própria diretoria³. A partir daí, a SEP tem realizado anualmente o Encontro Nacional de Economia Política, cuja contribuição no debate econômico, teórico e empírico, da economia mundial à economia brasileira, é inegável. Igualmente, é inegável o espaço criado para a expansão do marxismo no campo da economia durante todos esses anos.

Nesses 25 anos, os Encontros da SEP e a *Revista da SEP* abriram e expandiram um considerável espaço para o desenvolvimento e a disseminação dos estudos e pesquisas das correntes teóricas que consideram a economia como uma ciência social, em oposição à ortodoxia neoclássica. Assim, permitiu, igualmente, a formação e o aprofundamento de todos os estudantes em economia, desde a graduação até a pós-graduação, no estudo das obras de Karl Marx, em especial de *O Capital*.

Este texto não é o resultado de um estudo ou pesquisa sobre o ensino de Economia Política nos cursos de economia do Brasil e seu papel na formação dos economistas. Igualmente não tenta traçar nenhum histórico detalhado sobre o tema, portanto, tem suas deficiências e debilidades. De qualquer modo, procuramos apresentar o contexto e as condições históricas para a transformação no conteúdo do ensino de graduação em economia no Brasil a partir de 1984, buscamos relatar o papel da ANGE e trataremos do desenvolvimento da SEP ao longo dos anos como elementos fundadores

³ Essa foi a forma em que a SEP incorporou em seus princípios o pluralismo defendido pela ANGE e, inclusive, permitiu a abertura de mais espaço na pós-graduação em economia, tendo realizado seminários em vários Encontros da ANPEC, além de várias outras formas de participação. A importância adquirida pela ANGE e pela SEP, provavelmente, contribuiu decisivamente para a inclusão da Economia Política entre as áreas temáticas dos encontros anuais e regionais da ANPEC.

e impulsionadores do estudo e aprofundamento do marxismo no meio dos economistas.

O ensino de economia no final da Ditadura Militar, a Resolução 11/84 e o Parecer 375/84

Durante a década de 1960 até meados dos anos 1980, os cursos de graduação em economia eram regidos pela Resolução 397/62 do Conselho Federal de Educação. Esta resolução substituiu a tradicional matéria⁴ de Economia Política, por Introdução à Economia, que constava dos currículos mínimos de 1931 e 1945. Esse período caracterizou-se, também, pelo aprofundamento da forma de ensino essencialmente manualesco, com o uso de livros-texto do *mainstream* em economia, em que cada disciplina dispunha dos seus próprios manuais.

O ensino de Economia Política, mais precisamente de Marx, nos cursos de graduação em economia no Brasil, foi iniciado a partir da aprovação da Resolução 11/84 e do parecer de número 375/84, do Conselheiro professor Armando Dias Mendes, pelo Conselho Federal de Educação, e homologado pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, no governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O novo currículo mínimo foi o resultado de uma longa e ampla discussão iniciada em 1972 pela Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia (ANPEC)⁵, pela designação de uma comissão pela Secretaria de Educação Superior do MEC em 1982, e pela participação do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e outras entidades de economistas no processo de disseminação e discussão das propostas desenvolvidas. De toda essa discussão, destacaram-se algumas diretrizes ou orientações que deveriam nortear o novo currículo mínimo (CM), além da criação da monografia como atividade obrigatória. Entre essas orientações, as principais indicavam a

⁵ Antes disso já havia uma discussão sobre o ensino de economia no Brasil, seus avanços e debilidades, com propostas e sugestões para o seu desenvolvimento e uma discussão sobre o mercado de trabalho do economista. Essa discussão foi publicada na *Revista Brasileira de Economia* (FGV, 1966).

necessidade de uma “ênfase na formação teórica [...], ênfase na formação histórico-institucional [...], monografia como requisito de graduação [...] e o pluralismo metodológico”, entre outras (VERSIANI, 1984, pp. 3-9), que foram incorporadas ao Parecer 375/84. Além disso, foram estabelecidos alguns princípios que deveriam nortear os cursos de economia na elaboração dos currículos plenos para a formação dos economistas. Esses princípios eram: o comprometimento com o estudo da realidade brasileira, a sólida formação teórica, histórica e instrumental, o pluralismo metodológico, a ênfase na ligação dos fenômenos econômicos ao todo social e a transmissão aos estudantes de um senso ético de responsabilidade social. Assim, pela primeira vez, o currículo mínimo de economia foi acompanhado de um parecer que lhe deu uma direção para a elaboração dos currículos plenos e um conteúdo mais amplo e heterodoxo para a formação dos economistas. Inclusive, estabeleceu limites máximos e mínimos nos desdobramentos das matérias e a inédita introdução da monografia como requisito obrigatório. Esse resultado foi conseguido devido a uma ampla participação de professores e economistas profissionais, além de coordenadores, professores e estudantes interessados na superação da crise em que se encontrava o ensino de economia⁶. De qualquer modo, a Resolução 11/84 não incorporou a Economia Política como uma das matérias obrigatórias, apesar deste conjunto de matérias ser muito mais amplo do que no currículo anterior, mas a referência à Economia Política estava implícita ou presente no Parecer 375/84. A abertura para o ensino de Marx apareceu, inicialmente, mas não clara e explicitamente, nas diretrizes decorrentes da discussão anterior. Segundo Versiani, “várias vozes se manifestaram no sentido de que o novo CM de alguma forma facilitasse ou mesmo promovesse a apresentação de paradigmas teóricos alternativos aos incluídos nos livros de texto mais correntes...”

⁶ A insatisfação bastante generalizada com o ensino de economia, manifestada por estudantes, professores e coordenadores de curso, estava sendo resolvida, na época, pelo menos parcialmente, através da inclusão cada vez maior de disciplinas do curso de Administração de Empresas. Essa insatisfação, que emerge periodicamente, e às vezes com muita força, referia-se à “formação para o mercado de trabalho”, que o Parecer 375/84 referiu-se como a dicotomia entre a economia como ciência ou como técnica. Esse aspecto da formação do economista e da crise do ensino de economia foi muito bem tratado por Tolipan e Guimarães (1980).

(1984, p. 7). Essas vozes reapareceram nos princípios elaborados pelo professor Armando Dias Mendes nos seguintes termos:

b - o princípio de que a estrutura curricular não deve instrumentalizar uma única corrente do pensamento (ou ideologia) em Economia. É necessário, ao nível da graduação, preservar o caráter plural, de forma a proporcionar ao aluno, [...] a informação e a crítica das várias propostas de interpretação da realidade [...]. Os paradigmas científicos das várias correntes principais do pensamento econômico devem ser postos ao alcance do estudante, para que, ao menos, se familiarize com os fundamentos das diferentes visões de mundo e das diferentes utopias (implícitas ou explícitas) que se antepõem. O curso, em suma, não deve ser colocado a serviço de uma escola de pensamento exclusiva, como se ela fosse a palavra final da ciência [...]. (1984, p. 34).

Esses princípios permitiram, apesar de não constar do conjunto de matérias constantes da Resolução 11/84, a um amplo grupo de professores e coordenadores de cursos, a introdução do ensino de Marx nos currículos plenos, como disciplina obrigatória. As disciplinas foram introduzidas em dezenas de cursos de todas as regiões do país, principalmente nas escolas de economia de pequeno e médio porte e em algumas das grandes universidades⁷. Sem isso, o nível de desenvolvimento que encontramos atualmente em pesquisa, produção e debates no campo da economia marxista dificilmente seria atingido.

Da aprovação do novo currículo mínimo à implementação de suas diretrizes e seus princípios nos currículos plenos dos cursos de graduação, ocorreu um amplo processo de reuniões e debates, inegavelmente impulsionados e dirigidos pelo professor Pedro José Mansur, com o decisivo apoio do

⁷ Cabe destacar que os principais centros de pós-graduação em economia da época, apesar da discussão ter-se iniciado em um evento da ANPEC, não participaram do processo de desenvolvimento das discussões para a elaboração e implantação do novo currículo mínimo. Praticamente todas, talvez com exceção da Unicamp, tinham como orientação teórica predominante ou exclusiva a teoria neoclássica.

⁸ Não citamos outros professores, que se dedicaram às duras tarefas nesse longo processo, para evitar injustiças e ausências que seguramente seriam cometidas. Mas todos os que participaram merecem o devido respeito e muitos elogios.

Cofecon, de conselhos regionais e de outros professores e coordenadores de cursos⁸. Desde o início de 1984, Mansur começou a percorrer o país, com uma proposta preliminar de currículo pleno e um esboço de grade curricular. Essa proposta trazia, além das inovações do currículo mínimo, uma profunda reformulação da própria concepção da ciência econômica e de seu ensino. Ela implicou, também, a criação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) em 1985.

A ANGE e o ensino de economia após a Resolução 11/84

A proposta de grade curricular para os currículos plenos, assim como as ementas, programas e bibliografias que seriam adotadas por muitos cursos de graduação em economia na época, procurava seguir as concepções, diretrizes e os princípios gerais da formação do economista constantes do Parecer 375/84. Assim, além das novas matérias de escolha, da formação geral e da formação profissional, em parte obrigatórias e em parte optativas, podemos dizer que os currículos foram estruturados em três eixos, um com as disciplinas teóricas e instrumentais, outro de históricas e um terceiro de disciplinas quantitativas, além de um espaço para que cada curso oferecesse disciplinas optativas, segundo a formação e a especialização de seus professores e as particularidades dos cursos.

A construção desses cursos, com a seleção de um material bibliográfico, a busca de novas formas de ensino/aprendizagem e a troca de experiências, foi sendo desenvolvida através de um intenso intercâmbio entre coordenadores de cursos, professores e a ativa participação dos estudantes de economia em reuniões, encontros e seminários regionais e nos congressos anuais da ANGE. Os congressos eram organizados, então, segundo as principais matérias dos eixos teórico, histórico e das quantitativas, inclusive a economia brasileira, que só se tornou uma matéria independente da formação econômica do Brasil no novo currículo mínimo de 1984. Esses congressos sempre tiveram como objetivo fundamental a reunião de coordenadores de cursos e de professores, segundo sua área de atuação, para trocarem

experiências de ensino/aprendizagem e a discussão, a troca ou indicação de material bibliográfico para as diferentes disciplinas.

Todo esse processo foi coroado com a produção de um Caderno de Programas, com uma parte das principais disciplinas, e divulgado em 1987, e muitas delas já haviam sido adotadas, com os ajustes necessários, pelos cursos que tinham organizado sua estrutura curricular tendo como modelo a grade curricular construída entre 1984 e 1985. No IX Congresso da ANGE, realizado em Cuiabá, em 1995, foi concluída uma nova sugestão de programas e também de ementas para muitas das disciplinas obrigatórias (ANGE, 1995). A proposta de uma grade curricular, o desdobramento das matérias em disciplinas, a proposição de ementas, programas e bibliografia foram o resultado de uma década de congressos anuais, encontros e seminários regionais organizados pela ANGE, pelas instituições de ensino e entidades de economistas.

Para o que nos interessa, no eixo teórico, além da Introdução à Economia, as matérias Teoria Microeconômica e Teoria Macroeconômica foram desdobradas em várias disciplinas com a criação da Economia Clássica, Economia Neoclássica e Economia Política. Todas elas foram construídas para serem ensinadas a partir das traduções dos textos originais dos autores, organizadas segundo as escolas ou correntes do pensamento econômico, chamadas de paradigmas na época. Essa tarefa foi facilitada pela primeira edição da coleção Os Economistas em 1983, além de artigos e textos publicados em português⁹. Assim, os alunos dos cursos de graduação em economia defrontaram-se com novas experiências de ensino/aprendizagem e, pela primeira vez, tiveram como material de estudo não mais os livros-textos tradicionais de microeconomia e macroeconomia, mas as obras originais de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Léon Walras, William S. Jevons, Carl Menger, Alfred Marshall, John M. Keynes, Michal

⁹ A ANGE também contribuiu com a publicação da série *Cadernos de Orientação Acadêmica*, com tradução de textos estrangeiros inéditos em português, além de textos escritos por acadêmicos brasileiros.

Kalecki, Joseph Schumpeter, Josef Steindl, Sylos Labini, entre muitos outros.

As tradicionais matérias de microeconomia e macroeconomia foram colocadas no contexto da sua respectiva corrente teórica: a primeira, como o desenvolvimento da teoria neoclássica, e a segunda, como resultado da segunda síntese neoclássica, que incorporou Keynes ao desenvolvimento do tradicional modelo IS-LM. Como se sabe, os livros-textos, ou manuais, ensinam modelos teóricos, fundamentados em postulados segundo a metodologia do *mainstream*. Eles trazem as questões e suas respectivas respostas, não permitindo qualquer raciocínio que possa ser crítico. Assim, o conteúdo das matérias microeconomia e macroeconomia, e seu desdobramento em disciplinas, foi reformulado na proposta da ANGE.

A Teoria Microeconômica, a rigor, foi desdobrada em cinco disciplinas, duas chamadas de Economia Neoclássica I e II, duas chamadas de Teoria Microeconômica I e II (preços e estruturas de mercado oligopólicas) e a última de Economia Industrial (teorias da firma e expansão da grande empresa). A bibliografia recomendada, além dos fundadores Walras, Jevons e Menger, incluía Marshall e os principais autores que contribuíram para desenvolvimento da teoria, envolvendo questões mais concretas, como a concentração e centralização dos capitais e as grandes empresas em mercados oligopolizados. O conteúdo delas era constituído desde as questões metodológicas, passando pela elaboração e críticas dos modelos em concorrência perfeita e imperfeita até a discussão das estratégias de crescimento das firmas e a internacionalização do capital. Com isso, os livros-textos de microeconomia foram colocados em segundo plano, podendo ser utilizados, eventualmente, como material complementar de estudo.

A Teoria Macroeconômica foi desdobrada em três disciplinas: Teorias Macroeconômicas I, II e III. A primeira concentrou-se no estudo de Keynes, com a leitura de *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, e o seu desdobramento no modelo IS-LM como resultado da segunda síntese neoclássica. A segunda concentrou-se nas contribuições de Kalecki e a terceira,

nos modelos neokeynesianos de crescimento e ciclo e nas contribuições de Kalecki e Schumpeter sobre os ciclos e o progresso técnico. Naturalmente, toda essa reformulação nessas duas matérias, além das dificuldades que implicavam seu ensino, enfrentou muitas resistências, principalmente de professores dos cursos mais tradicionais.

O estudo de *O Capital*, de Marx, era proposto para ser desenvolvido em dois semestres, após um semestre de estudo dos autores clássicos. A disciplina Economia Clássica iniciava com os fisiocratas, passava pelas contribuições de Adam Smith e David Ricardo e chegava aos debates dos autores neoricardianos. Os principais pontos tratavam das diferentes concepções teóricas sobre a riqueza e o valor. As disciplinas de Economia Política I e II eram constituídas pelo estudo de partes dos livros 1 e 3 de *O Capital*. Como pode se observar, várias partes dos livros 1 e 3, assim como o livro 2, ficavam de fora; isso foi corrigido, em parte, na proposta apresentada em 1995, com a inclusão de parte do livro 2. Entretanto, esses problemas refletem a impossibilidade do estudo completo de *O Capital* em dois semestres, além das próprias dificuldades desse tipo de estudo, em particular devido ao método, que era totalmente novo em relação aos das outras correntes. Os mesmos problemas, da escolha e seleção de partes das obras, ocorreram na organização dos programas e bibliografias dos principais autores das escolas clássica, neoclássica e keynesiana. De qualquer forma, eram solucionados, pelo menos em parte, através da organização temática das disciplinas.

Desse modo, as sugestões da ANGE procuravam atender um dos princípios enunciados no Parecer 375/84, o “da reinserção da Economia Política no intrincado estudo da vida humana como ela é e suas transformações históricas atuais” (MENDES, 1984, p. 34).

Outro desafio que passou a ser enfrentado pelos professores, que não tinham tido a oportunidade do estudo de todos aqueles autores em sua formação, que tinham pouco acesso a muitos textos e livros, além de quase nenhuma referência sobre os debates desenvolvidos no interior de cada escola de pensamento, foi recomençar a aprender a economia como ciência social. Além

disso, mesmo a pós-graduação em economia, ainda pouco desenvolvida na época, utilizava fundamentalmente os manuais, textos e artigos dos principais autores do *mainstream*, salvo quando seus estudos para a elaboração de dissertações ou teses tinham exigido a leitura dos originais. Parte desse desafio foi superado com a ativa participação de professores ainda jovens, das maiores universidades, que além de assumirem a tarefa de realizar as novas experiências de ensino, partilhavam de suas experiências, e alguns passaram a oferecer cursos para os professores de economia de várias partes do país.

Esse processo de mudanças no conteúdo do ensino de economia, da concepção da economia como uma ciência exata para a economia como ciência social, principalmente o estudo de Marx, provavelmente não seria possível se não fosse o período de crise profunda e de mudanças na economia e na sociedade brasileira. Além disso, contou com o devido engajamento e um enorme esforço de um grande número de professores, estudantes e profissionais interessados na renovação do ensino de economia.

O contexto das crises dos anos 1970 e 1980

Como deve ser amplamente conhecido, a economia mundial estava passando por turbulências e mudanças profundas desde o final dos anos 1960, com o recrudescimento da crise decorrente do fim do acordo de Bretton Woods e do padrão dólar-ouro, decidido unilateralmente pelo presidente Richard Nixon dos Estados Unidos da América (EUA) em 1971. Nesses anos, os EUA estavam profundamente envolvidos na guerra do Vietnã e continuavam com participações nas guerras periódicas entre Israel e os países árabes no Oriente Médio, assim como o mundo encontrava-se dividido pela Guerra Fria. Em 1973 eclodiu mais um conflito entre árabes e israelenses; e os países exportadores de petróleo, reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), provocaram um aumento nos preços, em cerca de quatro vezes, de três para doze dólares, do barril. Em seguida, a Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque aprofundaram a crise, principalmente após

1979, quando ocorreu um novo aumento nos preços do petróleo, que chegou a quase 40 dólares o barril. Esses foram alguns dos fatores da conjuntura internacional que caracterizaram o período entre o final dos anos 1960 e as décadas seguintes. Temos ainda que destacar que o Brasil tinha passado, entre 1968 e 1973¹⁰, pelo período chamado de *milagre econômico*, que entrou em crise na década seguinte, mas que sofreu pouco os impactos dos preços do petróleo. Esses fatores que caracterizaram a década de 1970 produziram enormes impactos não só econômicos, mas também políticos e sociais, com o desenrolar da crise da dívida nos anos 1980, que durou até os anos 1990.

Nos anos 1980, a crise internacional decorrente daqueles fatores externos foi aprofundada e aguçada com a mudança na política econômica dos EUA, por Paul Volcker, responsável pelo processo de elevação das taxas internacionais de juros, seguido pela nova orientação dos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher. Como se sabe, foram elementos decisivos para aprofundar, impulsionar e disseminar internacionalmente a ideologia neoliberal e as respectivas medidas de política econômica¹¹.

Tudo isso pressionou o endividamento externo, aumentou a vulnerabilidade externa, e acelerou o processo inflacionário. Nesse contexto, o Brasil não poderia ter deixado de sofrer as consequências desse quadro político e econômico internacional, inclusive no ensino e na formação dos economistas. Como quase todos os países subdesenvolvidos, o Brasil sofreu duramente o impacto do aumento da taxa de juros e a enorme conta de juros e amortizações da dívida externa. Por isso, a década de 1980 foi chamada

¹⁰ A taxa média anual de crescimento real do PIB foi de 11,2%, mas podemos considerar um período maior, pois o crescimento do PIB entre 1966 e 1976 foi de 10,1%. Durante a crise da dívida, entre 1981 e 1992, o crescimento do PIB anual foi em média de 1,4% (BCB, 2021).

¹¹ A profunda crise internacional da época e a mudança no contexto da política econômica dos países centrais, assim como a evolução do debate no campo da economia neoclássica, fizeram surgir várias correntes ultraliberais, como, por exemplo, o anarcocapitalismo, a teoria econômica do crime, a teoria do mercado político e a da burocracia. Esse período também reforçou a concepção da economia como uma *ciência exata*, tanto quanto a física ou a química, e o aprofundamento do quantitativismo e a sua disseminação para outras áreas das ciências humanas e sociais. Todo comportamento humano foi resumido no comportamento individual, com o balanço entre custos e benefícios, desde a teoria econômica do amor e do casamento até a teoria econômica do crime. Para uma apresentação mais detalhada dessas correntes, ver os livros de Henri Lepage (1978; 1980). Para uma crítica dessas abordagens, ver Wladimir Andreff (1982).

de *década perdida*. Mas ela foi perdida pelos trabalhadores e pequenos e médios capitalistas e produtores rurais. As grandes corporações, mesmo sofrendo quedas em sua lucratividade, não deixaram de obter lucros e de se expandir. Foi também o período em que as transformações que vinham ocorrendo nas economias capitalistas centrais desenvolveram e ampliaram as instituições que passaram a comandar a economia mundial após essas décadas, com a chamada financeirização.

Entretanto, as crises desse período, principalmente o processo inflacionário, foram minando as condições de governabilidade e a legitimidade da Ditadura Militar no Brasil. A luta de classes voltou ao cenário nacional com a retomada das organizações dos trabalhadores e suas manifestações, como as greves dos metalúrgicos que começaram em 1979, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1984. Além das greves, manifestações e reivindicações particulares de diferentes setores e frações da classe trabalhadora, a contestação ao regime militar se expandiu para outras camadas da sociedade no movimento pelas Diretas Já, entre 1983 e 1984. Esse movimento mobilizou centenas de milhares de pessoas nesses dois anos, em comícios e manifestações que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas contra o regime, exigindo o fim da Ditadura Militar e o retorno às eleições diretas. O ciclo dos governos militares encerrou-se em março de 1985, após a eleição indireta de Tancredo Neves em janeiro. A primeira eleição direta para a Presidência da República ocorreu em 1989, no contexto da profunda crise econômica que se arrastava desde o início desta década.

No plano específico das universidades, vivendo ainda sob direção da Ditadura Militar, após o golpe de 1964, professores, intelectuais e políticos, além de estudantes, tinham sido presos, torturados, muitos exilados e outros mortos. Assim, as universidades tinham sido esvaziadas do pensamento crítico, em sua maior parte, em especial na área das ciências sociais e humanas. Mas desde 1977 os estudantes já tinham retornado às ruas com passeatas, manifestações e atos públicos por liberdades democráticas.

No ensino de economia, muitos dos principais professores liberais, como Delfim Netto, por exemplo, tinham assumido cargos no governo militar e abriram um espaço para novos professores. Mesmo com todas as limitações da época e do contexto, surgiram as condições que abriram espaço para as insatisfações na formação dos economistas, tanto entre professores quanto entre os estudantes, desde inícios dos anos 1970. Esse contexto de crise econômica e política é, possivelmente, uma das principais razões que permite entender o início das discussões sobre o ensino de economia no interior da ANPEC e, posteriormente, no CFE e nas entidades dos economistas que relatamos. Ademais, forneceu um contexto adequado, no qual a crise econômica colocou em questão as medidas de política econômica e a formação dos economistas; e a crise política permitiu o profundo questionamento da predominância tecnicista do ensino de economia e a contestação da concepção da economia como *ciência exata*.

A crise política, associada à crise econômica, que vinha abalando o regime político naquela época, junto com a enorme pressão das lutas populares que expressavam a luta de classes no período, abriu gradativamente um espaço para o retorno dos exilados políticos. Muitos deles, principalmente estudantes e professores que, durante mais de uma década de exílio, tinham completado, desenvolvido, aprofundado e ampliado sua formação teórica, começaram seu retorno ao Brasil. Entre esses exilados, encontravam-se naturalmente muitos das várias áreas das ciências humanas e sociais, e também da economia. Estes se engajaram direta ou indiretamente, mais ou menos rapidamente, no processo de renovação do ensino de economia e até da profissão.

O neoliberalismo, a ANGE e a fundação da SEP

A aguda crise econômica após o fim da Ditadura Militar continuou assolando a economia brasileira, expressando-se através da aceleração dos processos inflacionários, que chegou aos níveis de uma hiperinflação. O Plano Cruzado, implantado em 1986, inaugurou uma série de planos econômicos

e tentativas heterodoxas e ortodoxas¹² para conter a crise e controlar a inflação, sem nenhum resultado até 1994, que foi obtido com o Plano Real.

Como também é de conhecimento geral, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) adotou e aprofundou as medidas de política econômica preconizadas no *Consenso de Washington*, implementou uma reforma administrativa e iniciou o processo de reformas no sistema educacional com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Essas reformas resultaram em profundas mudanças no Ensino Superior em geral, assim como nos cursos de economia, com a acelerada expansão das universidades e faculdades privadas. Nesse contexto, os currículos mínimos de todos os cursos universitários foram sendo substituídos por diretrizes curriculares, em um processo cada vez maior de desregulamentação e liberalização. Assim, o CM de 1984, após um processo que se desenrolou por toda a primeira metade dos anos 2000, foi substituído pelas *diretrizes curriculares*, instituída pela Resolução nº 4 de 13 de julho de 2007¹³. Foram longos anos de discussões e de resistência da direção da ANGE, que recebeu o apoio das Entidades de Economistas, da SEP e da ANPEC nas intervenções realizadas junto aos membros de CFE. Todo esse esforço permitiu manter o espírito do Parecer 375 e da Resolução 11/84, em termos das diretrizes e princípios da formação do economista, assim como dos limites a serem cumpridos no desdobramento das matérias, mesmo com as mudanças e muitas pressões que foram sofridas.

O ensino de economia no Brasil também sofreu com as mudanças econômicas, políticas e ideológicas decorrentes da ascensão do neoliberalismo – ou

¹² Além das novas experiências no campo da política econômica, os planos de combate à inflação propiciaram o desenvolvimento dos debates teóricos subjacentes aos diferentes planos de reformas monetárias e fiscais no interior do próprio ensino de graduação em economia. Além disso, abriu o espaço para uma discussão além dos modelos teóricos, para as experiências concretas da intervenção estatal.

¹³ Antes dessa data, foram realizadas discussões e debates, e a diretoria da ANGE (2006) atuou decisivamente na manutenção dos princípios estabelecidos no Parecer 375 e na Resolução 11/84. A resolução de 2007, que instituiu as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em economia, não apresenta mais as matérias em uma lista como os CM anteriores, mas inclui explicitamente a matéria de Economia Política em seu Art. 5º, inciso II, junto com as demais de formação teórico-quantitativas.

do retorno do liberalismo – nas décadas de 1980 e 1990. Como já dissemos, surgiram e se desenvolveram diversas correntes, desde os anos 1970 (ver nota 12), que Mário Possas (1997) chamou de a “cheia do *mainstream*”. Na década seguinte, disseminou-se o que se convencionou chamar de *pensamento único*, no qual não haveria outra alternativa (TINA)¹⁴ a não ser aceitar o pensamento neoliberal e acabar com toda a interferência do Estado na economia. Não se pode negar que esse processo afetou, de forma muito profunda, os cursos de economia, a formação do economista e também o ensino da economia política marxista, com o retrocesso no ensino de Marx e até sua exclusão em muitos cursos de graduação.

Considerações finais

Esses vinte e cinco anos de existência consolidaram efetivamente, e há muito tempo, a presença da SEP no cenário nacional e sua participação internacional no campo da economia marxista e, também, da heterodoxia econômica. Essa consolidação se comprova pela formação das novas gerações de marxistas, professores e acadêmicos, que já estão na liderança da produção acadêmica e política e continuam a árdua tarefa da defesa do marxismo e também de seu ensino na academia, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Uma comprovação objetiva desse sucesso pode ser encontrada na coleção dos Anais dos Encontros Nacionais de Economia Política, a que já no referimos.

A fundação e a existência da SEP, junto com a ANGE, abriram e expandiram o espaço para os economistas heterodoxos em todos os níveis da formação dos economistas, mesmo com o avanço da ortodoxia neoliberal e ultraliberal que observamos em todo o período, avanço que produziu muitos retrocessos ortodoxos no ensino de economia. Mas precisamos esclarecer que ainda persiste um senso comum que costuma misturar ou confundir a

¹⁴ TINA é o acrônimo de *There Is No Alternative*, famosa expressão disseminada por Margaret Thatcher. Olivier Bonfond (2017) elaborou um conjunto de 200 proposições que questionam e apresentam propostas objetivas e alternativas à TINA.

heterodoxia com o marxismo. Consideramos que são diferentes e devem ter seus espaços mais claramente e devidamente delimitados, pelo menos no campo teórico-metodológico e político. A heterodoxia é constituída pelo conjunto dos economistas, de várias correntes e tendências, que defendem que o capitalismo não tende automaticamente ao equilíbrio, que os mercados não são perfeitos e que a intervenção do Estado é necessária para corrigir as mazelas decorrentes das tendências inerentes ao desenvolvimento do capital¹⁵. Assim, ao contrário dessas correntes, o marxismo defende o ponto de vista da historicidade do desenvolvimento das sociedades, que o modo de produção capitalista é um momento desse processo histórico e que deve ser superado por um novo modo de produção. Essas são algumas das diferenças fundamentais – a defesa do modo de produção capitalista ou de sua superação para um estágio superior de desenvolvimento do processo civilizatório.

Em termos internacionais, desde seus princípios, a SEP abriu um espaço e tem recebido a participação e as intervenções de economistas e ativistas estrangeiros. Nesse processo, foram abertos espaços no interior dos encontros da SEP para a participação ativa de muitos marxistas latino-americanos, europeus e até norte-americanos. Esse movimento conduziu à criação da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA), na Cidade do México em 2005, assim como muitas outras associações nacionais de economistas críticos na América Latina. A SEPLA, além de propiciar maior e mais ampla participação e disseminação da produção marxista latino-americana, está realizando um trabalho relevante de articulação, estimulando a produção, a recuperação da produção teórica e sua disseminação, e o ativismo de inúmeros marxistas pelo continente. A SEP tem participado, também, de outras organizações e de eventos organizados internacionalmente para além da América Latina, como a *International Initiative for Promoting Political Economy* (IIPE), por exemplo.

¹⁵ Não podemos nos esquecer que a principal tendência entre os heterodoxos é caudatária da herança keynesiana, que tem, como objetivo principal, a continuidade e manutenção do capitalismo, se possível pelo resto dos tempos.

Em 2020 e neste ano do 25º aniversário da SEP, a pandemia do novo coronavírus escancarou, também no Brasil, as mazelas decorrentes das contradições próprias ao modo de produção capitalista, nesse estágio chamado, por Samir Amin (2002a, 2002b) e Jorge Beinstein (2001), de senilidade do capitalismo. Neste momento, em que o aguçamento da luta de classes colocou o país em nova encruzilhada, que foi produzida pelas frações dirigentes da burguesia ilustrada e aprofundada pelo equívoco na escolha de grupos de extrema direita para derrotar eleitoralmente a esquerda, torna-se crucial a escolha de novos caminhos para superar a desastrosa direção econômica, social e política inspirada na ortodoxia liberal e ultraliberal, que já destruiu a maior parte das conquistas sociais e econômicas. Para além de todos os impactos acumulados por esse modo de produção cujo objetivo único e fundamental é a expansão da riqueza, através da valorização do capital em benefício privado, fundada na exploração dos trabalhadores e em detrimento do bem estar social. Assim, o estudo e o desenvolvimento da teoria marxista colocam-se cada vez mais como imprescindíveis para a abertura dos novos caminhos necessários ao desenvolvimento brasileiro, para encontrar as alternativas possíveis no contexto concreto em que se desenrola a luta de classes no Brasil.

Referências

- AMIN, Samir. “O capitalismo senil”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 11, pp. 79-102, Rio de Janeiro, dezembro 2002a.
- _____. *Au-delà du Capitalisme Sénile*. Paris: PUF, 2002b.
- ANDREFF, Wladimir et alii. *Economie Fiction*. Paris: Maspero, 1982.
- ANGE. Anais do IX Congresso da ANGE. *Cadernos de Orientação Acadêmica 2*. Vitória: UFES/ANGE, 1995.
- _____. *Novas diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas*. Cadernos de Orientação Acadêmica 2006. CORECON-GO, ANGE, 2006.
- BCB. Banco Central do Brasil. *Séries temporais*. Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 22/03/2021.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil*. A grande crise do capitalismo global. São Paulo: Record, 2001.
- BONFOND, Olivier. *Il faut tuer TINA*. 200 propositions pour rompre avec le fatalisme et changer le monde. Bélgica/Cuesmes: Éditions du Cérusier, 2017.
- COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984.
- FGV. *Revista Brasileira de Economia*, v. 20, n. 4, 1966. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/20-4>. Acesso em: 09/03/2021.
- LEPAGE, Henri. *Demain le capitalisme*. Paris: Librairie Générale Française/Pluriel, 1978.
- _____. *Demain le libéralisme*. Paris: Librairie Générale Française/Pluriel, 1980.
- MENDES, Armando Dias. Parecer 375/84 – aprovado em 06/06/84. In: COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984. p. 21-37.
- POSSAS, Mário. “A cheia do ‘mainstream’: comentários sobre os rumos da ciência econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/reclissuel/view/1048>. Acesso em: 02/03/2021.
- TOLIPAN, R. & GUIMARÃES, E. “O curso de economia e a crise da teoria econômica”, *Revista Literatura Econômica*, v.2, n.1, IPEA, 1980.
- VERSIANI, Flávio R. “O novo currículo mínimo de Economia e sua aplicação”. In: COFECON. *O novo currículo de graduação em Ciências Econômicas*. Textos para discussão no. 1. Rio de Janeiro: COFECON, 1984, pp. 1-20.